

## **PRÁTICAS DE LEITURA VOLTADAS ÀS PECULIARIDADES NO CURSO DE DIREITO.**

JONATAS RODRIGUES JAPIASSU DOS SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERALE DE MATO GROSSO - UFMT).

### **Resumo**

Esta comunicação apresenta aspectos de uma pesquisa qualitativa que procura compreender as práticas de leitura e escrita em sala de aula de acadêmicos no primeiro ano do curso de Direito. Os fundamentos teóricos–metodológicos vinculam–se ao referencial da História Cultural. Considera–se, leitor competente aquele que, no contexto social, consegue abstrair de textos escritos, conceitos que atendem suas necessidades primárias. Contudo, dados revelados por testes (SAEB e o Prova Brasil, em 2006), demonstram a pouca competência em leitura e escrita de alunos brasileiros de nível superior. O Pisa, em 2000, apresenta o Brasil com pior resultado médio em leitura, além do INAF, que denuncia as limitações desses alunos. Partindo dos assustadores dados apresentados pelos testes de competência em leitura além das constantes reclamações comuns entre professores sobre a limitada capacidade de leitura de alunos do ensino básico e pior, de acadêmicos nos cursos superiores e considerando–se, ainda, a peculiaridade da comunidade leitora formada pelos docentes e graduandos de cursos de Direito, em uma cidade do interior de Mato Grosso, o presente trabalho direciona–se a destacar a importância do professor como mediador na apropriação de conhecimentos, no desenvolvimento de competências relacionadas à leitura e ao processo de apropriação da linguagem jurídica por esses alunos. A pesquisa utiliza procedimentos de observação de aulas e análise de Planos de Cursos entrevistas com professores e alunos de duas instituições. Acredita–se que os dados trarão maior compreensão das relações entre a competência leitora de alunos, recém saídos do ensino médio, e as práticas de leitura e escrita desenvolvidas na graduação, especialmente, se considerarmos as interações interpessoais e o processo dialógico estabelecido em sala de aula. Até o momento os resultados apontam para as dificuldades de compreensão leitora de textos acadêmicos, nem sempre percebidas pelos professores. Analisa–se aspectos da ligação desses fatores na formação do futuro profissional do Direito.

### **Palavras-chave:**

leitor competente , constituição do leitor, práticas pedagógicas .

### **Considerações Iniciais**

Constantemente, professores do ensino médio e também docentes universitários, abordam, em meio a reuniões, o nível de dificuldade de interpretação dos alunos, fato este que vem preocupando-os, principalmente no que se refere a dificuldade de leitura e interpretação como um possível fator de desestímulo que poderia resultar na limitação desses alunos.

Após várias décadas de reformas e políticas educacionais, dados estatísticos oficiais registram um dos maiores problemas identificados no desempenho escolar da população em idade escolar em vários países da América Latina se encontra na área da leitura. Testes como o antigo SAEB[1] e, mais recentemente, os resultados da Prova Brasil, divulgada em junho de 2006, bem como o INAF[2], vem demonstrar a pouca competência em leitura e escrita de alunos de 4<sup>a</sup>. e de 8<sup>a</sup>. Além do Programa para a Avaliação Internacional de Alunos (PISA), em 2007, revela que o Brasil se posicionou em quinquagésimo segundo lugar no ranking.

Diante desse preocupante quadro, a presente pesquisa foi proposta com a finalidade de compreender o desempenho em leitura de alunos ingressantes no curso superior, a partir das práticas de leitura encaminhadas pelos professores buscando compreender as contribuições/condições desse ensino no desenvolvimento de um leitor competente (de acordo com a definição dos PCN's da Língua Portuguesa), com ênfase no curso de direito, que é o Universo proposto para o estudo.

O tema "Leitura" sob a ótica do contexto de ensino/aprendizagem instiga o interesse de analisá-lo, levando-se em conta, a falta desta, como uma possível justificativa no elevado índice de acadêmicos universitários que apresentam dificuldades no uso competente das práticas de leitura, como por exemplo, o domínio básico da norma culta da língua escrita, a facilidade na compreensão dos textos, bem como explicá-lo, defendê-lo ou contradizê-lo, coerentemente, e o principal, a construção de um repertório que possibilite o diálogo argumentativo/crítico.

A deficiência na prática leitora nesse período de formação acarreta possivelmente na dificuldade do processo de formação desse graduando. E sendo ela uma prática social passível de construção a partir de representações, no decorrer da vida escolar e extra-escolar, a fragilidade nessa habilidade acaba por influir na formação do leitor acadêmico.

A pesquisa proposta, de cunho qualitativo, é realizada no primeiro semestre do curso de Direito de duas Faculdades na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. Através do levantamento bibliográfico, atrelado a observações *in locu* das aulas, questionários e entrevistas, será possível conhecer/reconhecer o fenômeno da leitura, como uma prática social de extrema importância, desvelando durante o processo, as concepções de leitura, de leitor competente, da construção do hábito da leitura, as principais dificuldades apresentadas por um leitor iniciante, práticas de ensino docente, dentre outros pontos que possam contribuir para a compreensão do objeto em estudo.

### **Leitura: uma questão cultural.**

Nas duas últimas décadas, especialmente, surgiram vários estudos cuja vertente foi uma abordagem histórico-cultural da leitura. Nesse sentido, autores como Febvre e Martin (1992), J. Hébrard e Ana Marie Chartier (1995), R. Darton (1986, 1987, 1990, 1992 e 1996), R Chartier ( 1990, 1991, 1992, 1994, 1995, 1996) e C. Ginsburg (1995) figuraram entre aqueles que, cada qual do seu ponto de vista, elegeram a leitura como objeto de estudo.

No cenário brasileiro, a história cultural da leitura também foi objeto de estudos, resultando em produções que objetivavam retratar investigações sobre a história de leitura no Brasil.

Nesses estudos, a leitura, assim como as práticas desenvolvidas em torno desta, vem sendo objeto de vários testes e de inúmeras pesquisas acadêmicas. A motivação maior, quem sabe, encontra-se pautada no valor que esta, enquanto capital simbólico (Bourdieu:1989) representa, sendo atualmente o principal mecanismo no processo de construção do conhecimento, e conseqüentemente, também, constituidor de poder .

Segundo estudos realizados por Faraco (1984), muitos estudantes brasileiros apresentam dificuldade de expressão oral e escrita sendo assim incapazes de dar sentidos aos textos. Este autor menciona ainda que grande parte dos estudantes

vivem em um mundo quase sem palavras, esvaziados de idéias, com isso perdem a capacidade de pensar.

Observa-se que a construção da herança social, flagelada no decorrer do processo histórico envolvendo a educação, possui um liame direto com a evolução capitalista, o que acabou por sugerir um modelo "prático" de educação, a predominância de uma pedagogia tradicional, onde os alunos são tratados como iguais, desconsiderando as suas particularidades, diferenças e disposições incorporadas (*habitus*), o que implica seriamente, na perpetuação e legitimação das desigualdades sociais Bourdieu (1998).

Aparentemente, o que se tem ainda hoje, é a prática de um modelo bancário[3] que visa a repetição sob uma visão mecanicista do processo de ensino/aprendizagem, uma educação que anula ou diminui a criatividade dos alunos, acabando por alimentar/estimular a "ingenuidade" dos mesmos. Isso contraria flagrantemente a idéia de uma educação libertadora que envolve e problematiza os homens em suas relações com o mundo (Freire, 1987), fugindo desta forma à essência do papel de uma educação de cunho humanizador (Freire, 2003) que, muito além de aperfeiçoar qualificadamente o educando, deveria prepara-lo para o exercício da prática cidadã.

### **Práticas de leitura e o papel do professor universitário na constituição do leitor competente no curso de direito.**

Constantes discussões travadas sobre as implicações desfavoráveis no ensino brasileiro, em especial sobre as práticas de leitura pouco constatadas/exigidas em sala de aula, chamam atenção para um grande problema. Provavelmente, um aluno em processo de formação, e ainda com deficiências na fluência da leitura não terá sucesso como acadêmico de curso superior, quiçá como profissional.

Os dados estatísticos revelam as limitações dos alunos brasileiros enquanto leitores, desdobrando-se, conseqüentemente, também nos cursos superiores, já que em especial naquele universo, a leitura enquanto instrumento para aquisição do conhecimento, demonstra-se fragilizada. Infelizmente, alunos egressos à Universidade possuem um atraso significativo de leitura.

A limitação de competência enquanto leitor, pauta-se em especial, na definição de leitor competente, que, segundo os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais; 1998), é aquele :

que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade. [...] que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos. (p. 36).

Na sociedade letrada em que vivemos, a leitura é uma atividade que está, ou ao menos deveria estar presente em todos os níveis educacionais, no ensino fundamental, médio, e inclusive, no âmbito universitário. Conforme esclarece Pereira (1983) apud Silva (2004), o ato de ler seria uma condição fundamental para o bom desempenho do leitor/aluno, já que a leitura de textos é praticada em qualquer disciplina na Universidade (e também nos outros níveis de ensino), e

utilizada como instrumento na obtenção de informações necessárias ao seu desenvolvimento profissional.

Pesquisas sobre leitura indicam a não utilização de práticas facilitadoras desta, não valorizando a formação do aluno, principalmente no que concerne aos seus conhecimentos prévios como leitor, e com isso, tornando-o deficiente fugindo ao objetivo da leitura no processo da construção do conhecimento, demonstrando inclusive que no ensino superior, há falta de consciência dos alunos quanto a importância dessa prática em sua formação.

Ataide Junior (2004) [4] nos apresenta a seguinte situação:

"Imagine o destino de um paciente que se depara, na mesa de operação, com um cirurgião que não domina a técnica do bisturi... [...] Pois consequência semelhante poderá acontecer em relação ao litigante que possui um advogado que não sabe usar corretamente a palavra."

Possivelmente o uso inadequado das palavras esteja diretamente ligado ao simples fato de não conhecê-las.

Sacconi (1994) acredita que desconhecer a língua pátria seria um ato vergonhoso e desrespeitá-la seria afrontoso. Antecedendo o domínio de uma linguagem mais rebuscada e técnica, o estudante do ensino médio, ao iniciar o ensino superior, em especial o de direito, deveria no mínimo, conhecer e dominar a linguagem padrão, como conhecimento mínimo e pressuposto básico ao bom desempenho de leituras nessa área.

A preocupação nesse contexto se justifica, por existirem, ainda hoje, universitários que não sabem usar adequadamente a própria língua.

No caso em tela, a preocupação maior destacada se dá pelo fato de que o curso de direito atrai hoje um número considerável de alunos, sendo que dentre estes, muitos se enquadram nessa lamentável situação.

Ataide Junior (2004) [5] ainda nos chama a atenção no sentido de esclarecer que:

O instrumento de trabalho do advogado é a palavra, como o bisturi o é do cirurgião. É através dela, escrita ou falada, que o profissional do direito se manifesta. Sem dominá-la, não há como exercer a advocacia ou a magistratura. E esse domínio não se resume ao conhecimento de regras gramaticais ou de termos em latim, mas se expande para a habilidade de articulação e exposição das idéias.

Provavelmente a causa preponderante nas dificuldades de aprendizado apresentadas pelo aluno do curso de Direito, está na deficiência das práticas de leitura, não apenas no seu processo de formação no ensino fundamental e médio, mas também na ausência de procedimentos adequados nos primeiros semestres do curso superior.

A leitura é de extrema importância na vida do leitor, capaz de habilitá-lo ao desenvolvimento na abrangência do seu conhecimento. Sua prática oportuniza o leitor uma maior e diferenciada percepção do mundo, contribuindo inclusive no desenvolvimento do pensamento crítico, e a partir de conceitos e das informações até então obtidas, emitir um juízo de valor no sentido de questionar e avaliar o texto lido (Santos, 1990a; Witter, 1997).

Dados apresentados pelas OAB´s[6] de vários estados brasileiros, nos dão conta do elevado índice de reprovações na prova da OAB.

Segundo Poletti (2003), o Brasil tem falhado em relação às escolas de direito, sendo inaceitável que os bacharéis, após a formatura, necessitem desenvolver estudos especiais para candidatar-se à magistratura, ao Ministério Público e até mesmo para o exame de ordem, da OAB.

Conforme nos alerta Silva (1987), as Faculdades de Direito aprovam, com raras exceções, muitos bacharéis despreparados para o exercício da advocacia. A proliferação de escolas descomprometidas com a qualidade do ensino, e o questionável processo seletivo vem resultando em uma pobreza de redação e de dicção desses alunos, resultando, na prática-forense, em inúmeros casos de petições e razões ineptas[7].

A leitura, no processo de apropriação e como constituidora de conhecimento, deve ser praticada e tornar-se um hábito na vida do leitor. Na perspectiva da aprendizagem significativa (Ausubel apud Moreira & Masini, 1982) quanto maior for o repertório (conhecimentos prévios) nessa área maior será a possibilidade de compreensão e aquisição de novos conteúdos.

Para Witter (1997), a leitura remete à formação do cidadão, ao seu desenvolvimento cultural, seu bem estar e o progresso do país. Nesse sentido destaca-se o papel do professor de desenvolver as competências e habilidades dos alunos, de forma que essa intermediação desobstaculize o acesso à informação e à cultura. Silva (1998) atribui a qualidade do ensino muito mais ao professor do que do livro didático, pois seria ele quem teria a responsabilidade, dentro da sala de aula, de direcionar e determinar todo o ensino. A leitura é uma prática social, merecendo por tanto, a mobilização de todo um conjunto de valores, crenças e atitudes Kleiman (1998).

O direcionamento dado pelo professor faz com que o aluno passe a caminhar para a construção do conhecimento. Segundo Colomer e Camps (2002), as concepções dos professores em torno da leitura possuiriam uma relação com as práticas de leitura desenvolvidas pelos alunos e, concomitantemente, legitimariam os mesmos a uma capacidade discursiva, possibilitando-os a contextualizar os sentidos.

Assim, o aluno como um sujeito do ato de ler Freire (2006), desenvolve seu conhecimento com a prática da leitura, passando a compreender o mundo com mais clareza, interpretando as diferentes práticas sociais, e conseqüentemente, desprende-se da condição de dominado pela prática da educação bancária (Freire, 2003). O aluno que busca o saber torna-se também capaz de conquistar sua "autonomia".

O professor, como peça fundamental dentro do processo de construção do saber, deve levar em conta o grau de conhecimento prévio do aluno, dando um direcionamento adequado em relação a práticas de leitura em sua sala de aula, conforme orientações dos (PCN's, 1998):

Para considerar a diversidade dos gêneros, não ignorando a diversidade de recepção que supõem, as atividades organizadoras para a prática de leitura devem se diferenciar, sob pena de trabalharem contra a formação de leitores (p.70).

E a partir desse recorte contextual do aluno, despertar nele a vontade de ler, tornando a leitura um hábito prazeroso, e significativo, conforme alude (Bellenger apud Kleiman, 1998) ao afirmar que:

a leitura se baseia no desejo e no prazer: "em que se baseia a leitura? No desejo. Esta é uma opção. Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não consegue extrair o sentido. Essa é uma boa caracterização da tarefa de ler em sala de aula: para uma grande maioria dos alunos ela é difícil demais, justamente porque ela não faz sentido. (p. 15)

O aluno, durante seu processo de formação, em especial a sua formação pré-universitária, passa a incorporar a condição de leitor competente, possivelmente representá-la-á enquanto aluno universitário. Para Cagliari (1993, p. 148) "a leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma".

Assim, a leitura é entendida como uma prática, de caráter social capaz que permite a construção de representações, durante a vida escolar e extra-escolar dos leitores, que pode interferir na formação leitora dos acadêmicos e na sua prática docente.

Duran (1981); Cardoso (1994) e Gomes (2005) acreditam que a conclusão da educação superior não seria sinônimo de sucesso, muitas oportunidades e empregos bem remunerados, que estariam ligados ao nome do curso e o mérito da instituição. Em que pese grande parte desses alunos conseguirem finalizar o curso, boa parte deles, ao final, apresentam sérias deficiências pertinentes ao quesito conhecimento.

O estudante do curso de Direito, necessita imprescindivelmente aderir/construir o hábito da leitura, já que um dos maiores, senão o maior instrumento de trabalho desse profissional será a argumentação. E nesse sentido é imprescindível a atuação do profissional docente, como mediador/facilitador da compreensão no processo de desvelamento e constituição do repertório jurídico.

### **O contexto da pesquisa: Percurso Metodológico.**

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, proposta a partir da relação de afinidade com a abordagem temática, de modo a possibilitar uma análise das práticas de leitura, em sala de aula do curso de direito.

A viabilidade da realização da pesquisa possibilitou serem abordadas as duas únicas Faculdades de Direito em Rondonópolis-MT.

A escolha pelo primeiro semestre desse curso se deu em virtude de que é nessa fase que ocorre o momento de transição, onde o estudante do ensino médio ingressa em uma nova realidade, vislumbrando, na maioria das vezes, no curso que iniciará uma oportunidade de no campo profissional.

O propósito de desenvolver uma pesquisa voltada a analisar as práticas de leitura em sala de aula nos primeiros semestres do curso de direito da cidade de Rondonópolis, surge na medida em que é constatado o paradoxo entre a exigência ferrenha da leitura, por ser o direito um curso extremamente teórico e complexo (face a predominância de termos estritamente técnicos), e por outro lado, os resultados de testes nacionais e internacionais realizados nos últimos anos nos ensinos fundamental e médio revelando que a maioria dos estudantes brasileiros não possuía competência leitora suficiente, já que o índice no tocante às deficiências como leitores foram sensivelmente altas.

Dados coletados através de questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados a 132 (cento e trinta e dois) alunos do primeiro semestre do curso de

direito de ambas as faculdades, aliados aos protocolos de observações, correspondentes a 120 (cento e vinte) aulas, contemplando 6(seis) matérias, totalizando vinte aulas por matéria, possibilitou inicialmente, traçar o perfil sócio econômico e escolar dos alunos do primeiro semestre das duas faculdades que ofertam o curso de direito.

A partir da prévia análise dos dados colhidos através dos questionários, foi possível observar que os professores, em sua maioria, preocupam-se com um estudo prévio e sistematizado do conteúdo a ser ministrado. Que entendem que a disponibilização de um material de apoio (apostila deixada na copiadora) teria o condão de estimular e facilitar o acesso dos alunos às informações, ainda que resumidas, do conteúdo a ser ministrado durante as aulas.

Buscando facilitar a vida dos alunos, percebi que os professores tem como hábito disponibilizar material de apoio (apostilas) com abordagem genérica dos assuntos abordados durante as aulas, contudo, tal prática acaba "induzindo" a grande maioria dos alunos a uma leitura que se resume apenas ao material disponibilizado, e conseqüentemente a minimização do conhecimento, já que acomodados com a situação, os alunos aparentemente vem se baseando nesses resumos.

No que diz respeito às práticas de leitura em sala de aula, ficou evidenciado que os momentos em que mais se lê em sala é, justamente, durante uma explicação, o professor recorre à leitura de algum artigo, ou informação direcionada à resolução de questionamentos suscitados, ou seja, o professor(a) suscita do aluno a leitura de algum artigo existente na constituição federal, ou códigos, que sejam capazes de esclarecer exemplificadamente, o assunto abordado, leitura esta que em sala vem se limitando a tal procedimento.

A leitura proposta, segundo a metodologia usada, direciona à pouca participação dos alunos nas leituras ocorridas em sala, que, por ser tão flexibilizada, faz com que poucos alunos efetivamente leiam, ainda que a pedido do professor. Já os demais, em sua maioria, limitam-se apenas a ouvir o que um colega, ou mesmo o próprio professor lê.

Durante as leituras, ficou evidenciada a dificuldade na entonação, pontuação, e em especial no pronunciamento de termos técnicos em português, além da resistência em tentar pronunciar expressões em latim, muito utilizada pelos professores, por ser inerente a uma tradição do curso de direito.

Possivelmente a dificuldade em compreender a o raciocínio utilizado por alguns professores, cuja metodologia pauta-se no repasse do maior numero de informações, em pouco tempo, e fazendo pouco uso de exemplos que sejam e tornem-se significativos para o aluno, tenha influído em um elevado número de notas baixas no primeiro bimestre, coincidentemente em ambas as faculdades.

### **Considerações finais**

Verifica-se que a leitura acaba sendo um pressuposto sem o qual o leitor, em especial na condição de aluno, acaba se encontrando perdido em meio a informações que acabam, muitas vezes, não tendo qualquer significância consolidada no seu contexto.

O desenvolvimento do aluno como leitor, durante o seu processo de alfabetização e letramento, nos anos iniciais de escolarização, compreendido entre os níveis fundamental e médio, de ensino, acabam se revelando imprescindível na vida do leitor, em especial quando este, superando essa fase de aprendizado, inicia o curso

superior, ocasião em que esse aluno passa a ser compreendido como alguém que, constituído de conhecimento e competência leitora, estará apto a iniciar um processo de aquisição de um repertório mais dinâmico e técnico, cuja sistematização demandará de uma competência que acreditava-se que esse aluno já possuía, mas que na verdade, acaba na maioria das vezes sendo deficitário, nesse quesito.

Acredita-se que os dados a serem coletados a partir das entrevistadas feitas com alunos, bem como entrevistas realizadas com os professores que ministram aulas nas matérias observadas, possibilite uma melhor compreensão do fenômeno estudado, e com isso, forneça subsídios para uma discussão dos problemas mais recorrentes que apresentam; e que o cruzamento dos pontos de vista emitidos pelos professores e alunos, sobre a importância da leitura e as práticas de desenvolvimento dessa, facilite entender as concepções e representações dos entrevistados, em torno de como se explicam as práticas de leitura, suas estratégias, a importância do conhecimento prévio, e como desenvolver o hábito da leitura durante o processo de aprendizado universitário.

## Referências

AUSUBEL apud MOREIRA, M. A. & Masini, E. F. S., **Aprendizagem Significativa - a teoria de David Ausubel**. São Paulo, Moraes, 1982.

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **Artigo o Hábito de Ler**. Disponível no site: <http://www.parana-online.com.br/colunistas/175/22446/>, desde 13/12/2004. - Acesso em 24/09/2008;

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e a cultura**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Lingüística**. 6. ed. São Paulo: Editora, 1993.

CARDOSO, S. M. V. (1994). **A prática docente no ensino superior particular noturno: um estudo de caso**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

DURAN, A. P. (1981). **Padrões de comunicação oral e compreensão da comunicação escrita na universidade: estudos no Nordeste**. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FARACO, C. A. **As sete pragas do ensino de português**. In: GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula: Leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

GOMES, L. F. **Artigo intitulado "Ser diplomado (já) não significa ter emprego ou sucesso profissional"** in: Revista Prática Jurídica, Ano IV, nº40, julho de 2005.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura - teoria e prática**. 6. ed., Campinas, SP: Pontes, 1998.

POLETTI, Ronaldo . **O Ensino Jurídico no Brasil**. Revista Consulex, 2003.

SACCONI, Luiz Antônio. **Gramática Essencial Ilustrada**. São Paulo: 1994.

SILVA, Elza Maria T. **Compreensão da leitura em estudantes de Direito**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Psicologia da PUCCAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Leitura e escrita na universidade**. In: WITTER, Geraldina (Org.). **Leitura e psicologia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

SILVA, Luciano Correia da. **Português Forense**. Editora: Saraiva. 1987

SANTOS, A. A. A. (1990a). **Compreensão em leitura na universidade: um estudo comparativo entre dois procedimentos de treino**. Estudos de Psicologia, 7 (2), 39-53.

WITTER, G. P. (1997). **Leitura e Universidade**. Em G. P. Witter (Org.), **Leitura e universidade** (pp. 09-18). Campinas: Alínea.

---

[1] *Sistema de Avaliação da Educação Básica*

[2] Indicador de Alfabetismo Funcional

[3] Conceito "educação bancária" de Paulo Freire.

[5] Idem 4.

[6] Ordem dos Advogados do Brasil.

[7] Aquela que não preenche os requisitos legais.